

A Nicarágua Sandinista: guerrilha e educação

Gerson Wasen Fraga*

Resumo

O presente artigo estrutura-se em duas partes. Na primeira, oferecemos um breve histórico das origens e das influências da Frente Sandinista de Libertação Nacional, bem como de sua forma de atuação durante o período da dinastia Somoza. Posteriormente, focalizamos a atenção dispensada pelos sandinistas à educação, vista como instrumento fundamental dentro do quadro revolucionário que se instaurou na Nicarágua na década de 1980.

Palavras-chave: Nicarágua. Sandinismo. Educação.

Introdução

“¡Salve a ti, Nicaragua! / En tu suelo yá no ruge la voz del cañón / Ni se tiñe con sangre de hermanos / Tu glorioso pendón bicolor”. Esses versos integram o hino nacional nicaraguense e foram compostos pelo professor Salomon Ibarra Mayorga em princípios do século XX. A letra, que exalta a ideia de paz, substitui um hino anterior, de caráter bélico e anti-hispânico, considerado impróprio em um país de acentuada influência ibérica. Porém, durante a década de 1980, a voz dos canhões seria ouvida na Nicarágua, em meio à luta pelo direito à autodeterminação.

Como armas para atingir essa condição se contava com fuzis, enxadas, livros e cadernos. A luta conduzida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que culminou na deposição da dinastia Somoza, propunha uma total

* Doutorando em História no PPGH/UFRGS; bolsista CNPq. E-mail: gwfraga@terra.com.br

transformação do país desde suas bases. A matriz produtiva, até então vinculada unicamente aos interesses do grande capital, deveria ser reorientada por meio de uma reforma agrária digna de tal nome. Realidades desconhecidas pela maioria da população, tais como serviços de saúde e educação, integrariam o dia a dia pela ação de brigadas destinadas a tal fim. Politicamente, a República da Nicarágua buscava seu próprio caminho: um socialismo sem receitas prontas, a ser construído nos erros e acertos do cotidiano.

Tal projeto não era tarefa fácil. Os mesmos grupos que se viam sem suas históricas regalias patrocinarium inúmeras ações de sabotagem, privando a Nicarágua de seu incipiente parque industrial. Muitos técnicos e profissionais liberais (em grande parte oriundos das classes dominantes) não permaneceriam no país, negando seus serviços no momento em que seriam indispensáveis. Havia ainda a reação armada dos grupos conservadores, organizados em exércitos mercenários copatrocinados pelos Estados Unidos, conduzindo a uma guerra de baixa intensidade ao longo de toda aquela década. Em contrapartida, fomentou-se a retomada de uma tradição de auxílio internacional que desde a década de 1930 se encontrava esquecida.

Nosso objetivo aqui é abordar alguns aspectos relativos à história do movimento sandinista, partindo de suas origens até suas formas de atuação ao longo da década de 1980, dando ênfase ao seu projeto educacional transformador, considerado como um elemento-chave na construção de uma nova sociedade.

A inserção da Nicarágua na economia capitalista

Ao fim do século XIX, a Nicarágua era um país já integrado ao capitalismo mundial, com uma economia estruturada no trinômio café-banana-pecuária (GALVÃO et al., 1980, p. 179; WASSERMAN, 1992, p. 63). Assim como os demais países da América Central, a Nicarágua era percebida pelos Estados Unidos como uma pequena peça destinada a servi-lo, conforme a ideologia de “Destino Manifesto”, criada a partir de meados daquele século.¹

Para além de seus traços de arrogância, tal ideologia pretendia garantir aos interesses estadunidenses uma área reservada a seus capitais, bem como para a obtenção de matérias-primas e consolidação de mercados. Escorado na Doutrina Monroe,² que já em 1823 defendia a “América para os americanos” em oposição a qualquer iniciativa europeia de estabelecer colônias no continente, o “Destino Manifesto” seria posto na ordem do dia com a emergência do “Corolário Olney” (1895) e do “Corolário Roosevelt” (1904), que preconizavam, respectivamente, a necessidade de aviso prévio por parte das nações europeias de qualquer intervenção no hemisfério americano e o direito natural dos Estados Unidos de intervir nos assuntos internos de seus vizinhos de continente sempre que ocorressem “desordens” e “instabilidades políticas”. (LOPEZ, 1998, p. 107). A partir de então, o Corpo de Fuzileiros Navais acompanhou a expansão do capital por diversos países, tais como Hai-

ti, Cuba, Colômbia-Panamá ou Porto Rico, entre outros.

As primeiras projeções do *Big Stick* norte-americano sobre o solo nicaraguense dar-se-iam por ocasião do governo de José Santos Zelaya (1893-1909), que, defendendo os interesses da classe cafeeicultora, criou a infraestrutura necessária para vincular a produção ao comércio internacional. Após receber vultosos investimentos estrangeiros, o então presidente negou a concessão para a construção de um canal transoceânico, promovendo ainda a nacionalização de bens de representantes do capital norte-americano (WASSERMAN, 1992, p. 62-63). Em consequência disto, os *mariners* desembarcaram na Nicarágua em 1909, depondo Zelaya e ali permanecendo por 24 anos. A Nicarágua entrava, assim, no ordenamento econômico capitaneado pelos Estados Unidos, passando o controle de sua produção agrícola às grandes empresas estrangeiras.

Em 1926, sob inspiração da Revolução Mexicana, ocorrida na década anterior, um grupo de nacionalistas liberais revoltou-se, promovendo choques contra as tropas de ocupação. A luta deveria terminar no ano seguinte, com a celebração de um tratado que conduziria ao poder o liberal José Maria Moncada. Os grupos comandados pelos liberais deveriam ser desarmados e uma Guarda Nacional seria formada a fim de proteger os investimentos capitalistas. É aqui que surge a figura de Augusto César Sandino.

Sandino e Somoza

Sandino nasceu em 1895 na província de Niquinohomo, de pai fazendeiro e mãe empregada. Em 1920, após ferir o filho de um político de sua cidade, deixou a terra natal, passando a trabalhar para uma empresa petrolífera estadunidense no México, de onde voltaria para se engajar na luta comandada por José Moncada. Diante do acordo para finalizar o conflito, Sandino recusou-se a entregar as armas de seu grupo, passando a liderar um movimento de Libertação Nacional, apoiado por camponeses, operários, pequenos proprietários e pela intelectualidade urbana. Tal movimento, em que pese a um forte caráter indigenista e anti-imperialista, não propunha grandes transformações sociais, o que explica a celebração da trégua entre Sandino e o chefe da Guarda Nacional, Anastácio Somoza Garcia, quando da evasão dos *mariners* em 1933. O próprio Somoza seria o responsável direto pelo assassinato de Sandino no ano seguinte, bem como pelo golpe militar de 1936, instituindo a ditadura dinástica que comandaria a Nicarágua com punho de ferro até 1979. (GALVÃO et al., 1980).

A luta de Sandino contra a intervenção estrangeira não pode ser dissociada do contexto que se impôs ao mundo na década de 1930. Integrada periféricamente ao capitalismo mundial, a Nicarágua acabou por sentir intensamente os efeitos da crise de 1929. Diminuídos os canais de exportação de seus produtos primários, endividada e sob um alto quadro inflacionário, sobreveio-lhe uma onda de falências, ao

mesmo tempo em que o desemprego e a miséria alastravam-se por todas as regiões do país.

A crise, contudo, afetava também a própria atuação direta dos Estados Unidos sobre as nações latino-americanas. Diante da redução de recursos e do crescimento político das nações fascistas na Europa, o governo estadunidense assumiu uma nova postura no continente, substituindo o *Big Stick* pela “Política da Boa Vizinhança”, retirando os fuzileiros das áreas ocupadas e evitando novas intervenções. Cabia, agora, estabelecer formas mais sutis de dominação, canalizando simpatias e, posteriormente, recursos para o esforço de guerra empreendido no outro lado do oceano. Enquanto isso, a dinastia Somoza se revelaria uma competente defensora dos investimentos estadunidenses no país durante os anos de guerra, papel que continuou a desempenhar durante o quadro histórico da Guerra Fria. (LOPEZ, 1998, p. 115-116).

Um cenário para o somozismo

O fim da Segunda Guerra Mundial e o contexto da Guerra Fria demandariam novas formas de relacionamento entre a nação imperialista e os países ao sul do Rio Grande. Acentuava-se agora a cooptação das elites pela manutenção de uma ordem interna que lhes fosse favorável, mantendo-se ao mesmo tempo políticas de desestabilização daqueles mandatários que propugnassem ideias “incômodas” de nacionalizações diante dos interesses do grande capital ou de aumento da partici-

pação popular no jogo político. Assim, no discurso, passaram os Estados Unidos a se apresentar como responsáveis pela ordem e pela defesa da liberdade no mundo – e, em especial, nas Américas – em uma reinterpretção da teoria do Destino Manifesto, aplicada aos novos tempos. Na prática, a recém-fundada Escola das Américas (1946) treinava os torturadores que nas quatro décadas seguintes semeariam o sangue e a infâmia pelo continente. (LOPEZ, 1998, p. 182).

A penetração do capital estrangeiro na América Latina dava-se também sob a forma da modernização dos parques industriais naqueles países de capitalismo mais consolidado, bem como na criação da infraestrutura produtiva nas nações que até então tinham ocupado um papel estritamente periférico nas relações econômicas internacionais. Para as primeiras – Argentina ou Brasil, por exemplo – o processo significou no médio prazo a entrada de novas tecnologias, bem como uma grande onda de aquisição de empresas locais por suas concorrentes multinacionais. Para as últimas, os novos tempos significavam a montagem das estruturas mais elementares, sob a forma de indústrias operando por meio de monopólios e voltadas para a produção de bens não duráveis, que corriam diretamente com a produção local, feita muitas vezes sob moldes artesanais. (GALEANO, 2007, p. 268).

Essa dupla forma de atuação do grande capital sobre o solo latino-americano – financiando ao mesmo tempo as estruturas produtivas e repressivas – ganhou um novo significado após o êxito da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos homens co-

mandados por Fidel e Guevara seria por longo tempo vista como exemplo e ameaça, inspirando movimentos semelhantes e justificando o reforço do discurso anticomunista. No jogo da Guerra Fria, a grande potência deveria evitar a perda de novas zonas de influência, reforçando sua colaboração com governos títeres e com as elites latinas e aprofundando os mecanismos de repressão a movimentos populares ou nacionalistas. Somava-se a isso o receio de que a região aderisse ao grupo dos países não alinhados, que trazia à tona conceitos importantes como os de “terceiro mundo” e reparação pelas políticas colonialistas praticadas ao longo da história, propondo o desenvolvimento de laços de solidariedade e cooperação entre nações até então secundárias no cenário econômico internacional. (HOBSBAWM, 1997, p. 350).

O período anterior à Revolução Sandinista foi também marcado pelo conturbado final da década de 1960. Segundo Valério Arcary, o maio francês de 1968 aponta o início de uma nova onda revolucionária, que se estenderia até finais da década de 1980, na qual as manifestações de protesto, os efeitos da descolonização das áreas sob domínio português na África e a continuidade da Guerra do Vietnã marcam o ressurgimento de noções de solidariedade internacional, adormecidas desde a constituição das Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola. Essa vaga de movimentos revolucionários sofreria os efeitos da reação conservadora, algo passível de exemplo pela manutenção dos diversos regimes ditatoriais ao longo do continente latino-americano, bem como pela reto-

mada da histeria anticomunista por parte dos Estados Unidos ao fim desse período, personificada na figura de Ronald Reagan. (ARCARY, 2004, p. 146-147).

Um último fator importante nesse contexto é a emergência de uma nova linha dentro da Igreja Católica, marcada pelos ideais de libertação social e compromisso com as populações historicamente oprimidas. Foi a partir da Conferência de Medellín (1968) que a Teologia da Libertação surgiu como proposta de engajamento social, promovendo dentro dos muros do catolicismo a reflexão sobre as reais origens da pobreza vivida pelas nações do Terceiro Mundo, entendendo-a como um processo histórico, não meramente como um instante de passagem rumo à conquista de um estado de pleno desenvolvimento técnico e humano, ou, ainda, uma mera questão de vontade divina. O fenômeno foi, por excelência, latino-americano, em que pese a sua divulgação em outras áreas do globo, e demonstrou um grande fôlego até a década de 1980. (BOFF, 1980, p. 9).

Somoza e a Frente Sandinista: breve histórico³

A partir do momento em que Anastácio Somoza Garcia foi conduzido ao poder por um golpe militar, a Nicarágua ganhou um tirano, ao mesmo tempo em que orientou definitivamente sua economia para o exterior. Com efeito, Somoza Garcia implementou medidas de proteção à produção de café, açúcar e algodão; ao capital internacional, consolidou a possibilidade de explorar as riquezas do país; aos cam-

poneses restaram a expulsão dos campos e a repressão da Guarda Nacional, organização da qual Somoza se autoneomeou “comandante”.

Boa parte dos benefícios econômicos Somoza reservaria a si próprio. Em 1936, o ditador possuía uma fazenda falida de café; vinte anos mais tarde, detinha 10% da terra cultivada do país, distribuídas por 51 fazendas de gado e 46 de café, além de sessenta milhões de dólares; participação em empresas diversas e ações negociadas em Wall Street. A velocidade de sua ascensão desagradou até a tradicional oligarquia nicaraguense, posto que os padrões mais elementares da “concorrência” ficavam comprometidos. Assim, tal grupo acabou migrando rapidamente para a oposição, juntamente com um incipiente setor médio, estudantes e profissionais liberais não cooptados pelo novo sistema.

Em 1950, após haver sufocado uma tentativa de golpe militar, Somoza resolveu aplicar um “verniz democrático” ao regime, chamando eleições pretensamente livres. Diante de fraudes evidentes, o ditador foi reconduzido ao cargo em um mandato que deveria se estender até 1957. Para acalmar a elite, posta em segundo plano diante das benesses do poder, foram abertos dois bancos: o Banamérica, para financiar os terratenentes, e o Banic, que concederia crédito para a diminuta burguesia nicaraguense. Para seus interesses particulares, o ditador já possuía o Banco de Centroamérica. Porém, mesmo essas medidas foram insuficientes, e em 1954 uma nova tentativa de golpe foi sufocada pela Guarda Nacional.

Um ano antes de acabar seu mandato, Somoza Garcia anunciou sua candidatura à reeleição. No entanto, na festa de lançamento da mesma, o ditador foi morto a tiros pelo jovem poeta nicaraguense Rigoberto Lopes Peres. Luis Somoza Debayle, filho do ditador, assumiu a candidatura e, seguindo o quadro de fraudes eleitorais, a presidência da Nicarágua.

A década de 1960 marca uma transformação estrutural na economia nicaraguense, na qual a indústria doméstica e artesanal passou a ser substituída pela produção manufatureira voltada para a exportação. Tal processo levou ao crescimento do proletariado urbano e da pequena burguesia ligada ao controle produtivo ou às instituições financeiras. Enquanto isso, as constantes revoltas dos mais humildes eram reprimidas pela Guarda Nacional. O desemprego grassava e a concentração de terras atingia níveis escandalosos. Em 1961 foi fundada a Frente Sandinista de Libertação Nacional, inspirada pelo exemplo dos revolucionários cubanos. Após um curto período de ímpeto, em que os primeiros guerrilheiros tentavam o incursionismo direto contra o poder, o grupo resolveu se estruturar logisticamente e difundir uma educação política que viabilizasse as condições para a luta armada no momento oportuno.

Logo o somozismo começaria a dar sinais de cansaço. Importando matérias-primas, insumos e equipamentos, a recente estrutura industrial se revelaria incapaz de absorver a produção agrícola local. Ademais, estando as indústrias majoritariamente vinculadas a grandes multinacio-

nais, eram isentas de impostos e remetiam seus lucros diretamente para as matrizes, provocando grande sangria financeira ao país, embora tivessem contado com créditos públicos para se instalar. A média de criação de postos de trabalho no parque industrial nicaraguense era inferior a mil por ano. Enquanto isso, a dívida externa crescia a galope, passando de US\$ 21,7 milhões em 1960 para US\$ 702,4 milhões em 1976.

Em 1967 a oposição burguesa demonstrou, pela primeira vez, um maior poder de mobilização, reunindo alguns milhares de manifestantes no centro de Manágua. Diante da situação potencialmente nova, a Guarda Nacional agiu como de hábito: abrindo fogo. Quarenta pessoas foram mortas e mais de cem feridas. Os líderes do movimento foram encarcerados e os primeiros protestos externos contra o regime começaram a se fazer ouvir. No mesmo ano, Luiz Somoza Debayle foi substituído no poder por seu irmão, Anastácio Somoza Debayle. Enquanto isso, a partir de sua estrutura nas montanhas, a Frente Sandinista intentava um novo assalto ao poder pelas armas. Embora o resultado tenha sido negativo, a ação projetou os sandinistas como opção viável para a derrubada do regime. A essa altura, a própria Guarda Nacional começava a mostrar fissuras em sua unidade, em razão do envolvimento de muitos oficiais com redes de tráfico de drogas e exploração de prostituição, bem como pela elevação de José Somoza (irmão ilegítimo do presidente) ao posto de general de brigada sem que tivesse cursado uma academia militar.

Dois anos mais tarde, Carlos Fonseca Amador, líder do movimento sandinista, foi preso na Costa Rica. O que poderia ser um duro golpe para os guerrilheiros representou o aprendizado da expressão “moeda-de-troca”: no ano seguinte Amador seria literalmente trocado por um avião costarriquense sequestrado, tendo a bordo quatro cidadãos norte-americanos.

Entrava a década de 1970 e mantinham-se as eternas negociações entre dinastia e oposição. Desta vez, acenava-se com a convocação de uma Assembleia Constituinte para 1974, com “eleições livres” ao estilo Somoza. O projeto, intermediado pelo embaixador americano Turner Shelton e pelo presidente Nixon, não foi convincente. Boa parte da oposição não aceitou o novo acordo e mobilizou-se a fim de encontrar instrumentos políticos que conduzissem a uma nova Nicarágua. Nesse momento, um grupo de padres e bispos influenciados pela Teologia da Libertação tornaria pública sua oposição aos intermináveis anos de repressão. Quando, em 1974, Somoza Debayle foi reeleito em um resultado totalmente previsível, os bispos se recusaram a participar de sua posse, divulgando um duro manifesto de críticas aos desmandos da dinastia, tais como passar a governar por decreto após o centro de Manágua ser destruído por um terremoto às vésperas do Natal de 1972, sob o argumento de restaurar a ordem e reconstruir materialmente o país.

Ao final de 1974, a ousadia sandinista ficaria novamente em evidência ao ser invadida uma festa em homenagem ao embaixador norte-americano – que ha-

via deixado o local pouco antes. Trinta reféns foram trocados por cinco milhões de dólares, a divulgação de uma mensagem denunciando os desmandos do regime e catorze presos políticos, entre eles Daniel Ortega, futuro presidente do país. Desde o ano anterior, a FSLN já vinha atuando ativamente, ocupando cidades, levando oficiais da Guarda Nacional à justiça popular e conquistando simpatizantes em uma população esquecida pelo poder.

Ainda assim, os sandinistas não estavam imunes a dissidências internas. A compreensão sobre como a luta deveria ser conduzida dividia-os em três grupos distintos – Guerrilha Popular Prolongada (GPP), Tendência Proletária (TP) e Terceiristas –, sendo a continuidade do foco no meio rural ou a priorização das ações urbanas, a criação de um partido proletário e o entendimento sobre a maturidade das condições para a revolução os principais pontos de controvérsia. As dissidências permaneceriam até julho de 1978, quando surgiu o Movimento Povo Unido (MPU), agrupando o Partido Socialista e organizações de mulheres, estudantes e trabalhadores, pensando em um projeto de governo para o período pós-Somoza. Contribuiu ainda para a unificação das forças oposicionistas a onda de protestos que se sucedeu ao assassinato de Pedro Joaquín Chamorro, diretor do jornal *La Prensa*, em janeiro daquele ano.

No dia 22 de agosto de 1978, os sandinistas ganhariam destaque com mais uma ação cinematográfica. Nesse dia, cerca de 25 guerrilheiros vestidos com uniformes da Guarda Nacional invadiram a sede do

Congresso, fazendo cerca de 1.500 reféns, entre eles deputados e alguns dos principais funcionários do governo. A ação custou a Somoza a liberdade de 58 presos políticos e cinco milhões de dólares. Como parte do acordo, os guerrilheiros foram conduzidos por via aérea para o Panamá e a caminho do aeroporto receberam efusivas manifestações de apoio da população, apesar da presença ostensiva da Guarda Nacional nas ruas de Manágua.

O sucesso da ação desvelou a fraqueza do governo. As greves se sucediam em todos os setores. As ações armadas eram constantes nas principais cidades, bem como a repressão, que a esta altura já contava com mercenários contratados nos Estados Unidos. A possibilidade de que o exemplo sandinista inspirasse movimentos semelhantes em El Salvador e Guatemala preocupava os representantes do grande capital. Pensando em evitar o pior, a Organização dos Estados Americanos (OEA) propôs uma “intervenção cordial” em solo nicaraguense, visando retomar o controle da situação. Contudo, as atitudes repressivas do governo de Somoza Debayle custavam já o apoio norte-americano, posto que o presidente Jimmy Carter tinha nos direitos humanos uma de suas principais bandeiras.

A ofensiva final sandinista iniciou em junho de 1979, com três colunas simultâneas marchando em direção à capital: uma avançando pelo sul, a partir da Costa Rica; uma segunda pelo norte, a partir da fronteira com Honduras, e uma terceira pelo interior do território nicaraguense. Ao mesmo tempo, surgia um fator de gran-

de valor simbólico: a “Força Aérea Sandinista” – dois aviões Cessna, adaptados de forma rudimentar para situações de combate. Nesse momento a Guarda Nacional resolveu dar ao mundo uma amostra de sua forma de atuação: em 20 de junho, Bill Stewart, jornalista da rede estadunidense ABC, foi assassinado a queima-roupa nas ruas de Manágua. A cena, captada furtivamente, chocou o mundo, sendo um verdadeiro tiro de misericórdia nas pretensões de Somoza de obter auxílio internacional.

A essa altura, a cidade de Leon, uma das mais importantes do país, era ocupada pelos guerrilheiros, enquanto as ruas da capital se transformavam num amontoado de trincheiras. Os transportes públicos estavam paralisados e não havia abastecimento de água ou luz. O Estádio Nacional encontrava-se ocupado pelas tropas governistas sob a justificativa de “treinamentos”, enquanto a imprensa estrangeira mostrava bandeiras vermelhas e negras a tomar conta da cidade. Sentindo não possuir respaldo, Somoza aceitou publicamente negociar sua saída do poder. Enquanto isso, no Panamá uma junta de governo provisória, que incluía Daniel Ortega e Violeta Chamorro – viúva de Joaquín Chamorro –, apresentava um plano de reconstrução nacional e reativação econômica. Em 17 de julho, Somoza Debayle fugiu para Miami, deixando em seu lugar Francisco Urcuyo Maleaños, ex-presidente da Câmara dos Deputados, que também abandonaria o país no dia seguinte.

Era 19 de julho. Chegava ao fim o período de 43 anos da dinastia Somoza. Ur-

gia reconstruir o país e enfrentar as forças da reação.

A batalha da alfabetização⁴

Um grande inimigo a ser vencido pelos sandinistas não portava armas. Conforme censo realizado em outubro de 1979, quando da queda de Somoza, mais de 50% dos nicaraguenses vivia no mais completo analfabetismo. (ALBERT, 1987, p. 112). Assim, a economia geradora de exclusão social trazia consigo uma educação marcada pelas mesmas características. Segundo Fernando Cardenal:

Entoces es bien importante comprender que en esta educación el analfabetismo es un fenómeno buscado, mantenido, para poder manter las estructuras de explotación. No es por falta de dinero que aquí antes no se hizo una Cruzada Nacional de Alfabetización. (1981, p. 29).

Uma vez identificado o analfabetismo como um dos problemas-chave para a reconstrução do país, procedeu-se a uma verdadeira cruzada educacional, envolvendo um contingente aproximado de 180 mil alfabetizadores. (ASSMANN, 1981, p. 71). Segundo dados oficiais do governo nicaraguense, após cinco meses, este índice havia sido reduzido já para 12,9%. (LOPEZ, 1998, p. 199).

A nova realidade demandava a imediata reconstrução da estrutura material, exigindo que a carência provocada pela debandada de técnicos fosse suprimida de forma imediata, incorporando homens e mulheres até então desatrelados dos conceitos mais básicos de cidadania. Era ne-

cessário transformar esse contingente em agente ativo do processo revolucionário. Inicialmente, observou-se que os planos educacionais até então implantados no país obtinham resultados pífios. Seguindo uma tendência verificada em boa parte da América Latina, tais planos eram impostos por organismos internacionais, visando formar profissionais para a execução de projetos ligados aos interesses do grande capital. Agora, os processos educativos deveriam ser pensados não a partir de gabinetes distantes, mas da realidade dos nicaraguenses. Segundo o comandante Bayardo Arce Castaño:

Hablemos entoces de una Educación que tiene que partir del conocimiento objetivo de nuestra realidad, que tiene que partir del análisis frío de las realidades sócio-económicas de Nicaragua, que tiene que estar clara del proyecto político de la Revolución, que tiene que estar compenetrada de las perspectivas de desarrollo de nuestro país para programar la actividad que genere estos recursos humanos que estamos necesitando. (1981, p. 20).

Mas quais eram os objetivos da Cruzada Nacional de Alfabetização (CNA) conduzida pelos sandinistas? De forma esquemática, tal questão pode ser assim respondida:

- 1 Eliminar a alta taxa de analfabetismo.
- 2 Conscientizar o indivíduo de sua atividade, de sua condição de sujeito histórico, capaz de realizar transformações no meio em que vive.
- 3 Assentar as bases para a instauração de um processo permanente de alfabetização de adultos,

proporcionando-lhes o acesso ao ensino superior, quando assim o desejassem.

- 4 Fortalecer as organizações populares. Tais organizações deveriam enviar para a CNA seus melhores quadros, que assim passariam por um período de formação e crescimento pessoal.
- 5 Promover a conscientização dos jovens, considerados a força básica de efetivação da CNA.
- 6 Formar uma identidade comum entre a população, posto que o país encontrava-se extremamente dividido em uma série de dualidades (campo-cidade; Atlântico-Pacífico; trabalho manual-trabalho intelectual).
- 7 Difundir hábitos de higiene e saúde, reduzindo o índice de mortalidade infantil, que beirava os 15%, mas que certamente era mais elevado em regiões periféricas.
- 8 Elaborar uma coleção da flora, da fauna e da geologia nicaraguense; levantar cantos, contos e lendas típicas, bem como sítios arqueológicos, elencando o patrimônio cultural capaz de caracterizar a nação e com o qual a população pudesse se identificar. Seriam gravados ainda dois mil relatos sobre a revolução, com pessoas escolhidas nos mais diversos recantos do país, a fim de se organizar um museu de história oral da luta pela liberdade do povo nicaraguense.⁵

Destarte, na óptica sandinista, alfabetização e revolução eram pensadas conjuntamente, cabendo à educação o papel de aprofundar a revolução. Simultaneamente, o envolvimento do alfabetizador na Cruzada Nacional tinha por objetivo colocar em contato realidades até então distanciadas, esperando-se ainda que deste trabalho, conduzido em grande parte por voluntários, emergissem novas lideranças, que levassem adiante as transformações que então se iniciavam.

O aporte teórico do projeto educacional sandinista advinha do educador brasileiro Paulo Freire, principalmente de sua obra *Pedagogia do oprimido*. A educação era percebida como instrumento de reflexão sobre a realidade, fomentando a ação no mundo e desvelando aos educandos as formas pelas quais historicamente haviam sido cercados pela opressão. Contudo, seguindo a percepção freireana, também o alfabetizador passaria por um processo de aprendizado, pois sua atividade poderia se dar num local distante de sua origem. Assim, ele poderia passar uma temporada na casa das pessoas com quem desempenharia suas funções, engajando-se nas atividades produtivas, tendo uma série de aprendizados práticos pelo contato com as necessidades e a cultura dos educandos. O funcionamento do processo foi explicitado nas declarações de um voluntário engajado na CNA ao ser questionado sobre os elementos do método Paulo Freire utilizados na cartilha:

Cada lição começa com a discussão de uma fotografia e com uma frase-chave, que faz referência a um aspecto principal

da foto. O processo de conhecimento de todos os participantes deve ser referido a esta frase-chave. Cada frase contém um conceito-básico, o qual permite a formação de sílabas. A isto segue a formação de palavras. Após são apresentadas novas palavras e, mais tarde, o próprio alfabetizado deverá formulá-las. Eu esforcei-me por escrever, no quadro negro, sílabas e conceitos, com os quais pudesse mais facilmente completar palavras [...]. Enfim, na primeira lição aprendemos as vogais, na segunda, começamos a forçar sílabas e, aos poucos, as idéias iam penetrando, desde o livro até a cabeça daquela gente. Na cartilha, a palavra Fonseca (um dos líderes da revolução) devia ter as sílabas sublinhadas. Após encetamos o estudo das consoantes, como ligar “s” com as vogais etc. No fim da lição, já se tentava formular pequenas palavras. (ALBERT, 1987, p. 129-132).

O perfil dos educadores voluntários envolvidos na CNA era diverso: estudantes, donas de casa, operários ou qualquer outra pessoa que soubesse ler e escrever e que se mostrasse disposta a participar da missão. Contudo, para as regiões mais afastadas seriam enviados unicamente estudantes que estivessem, ao menos, frequentando a rede secundária, posto que os operários eram indispensáveis nas zonas urbanas, onde a produção deveria ser retomada. Dessa forma, muitos desses alfabetizadores tinham 13 ou 14 anos e necessitavam de autorização familiar para se engajar na luta contra o analfabetismo. Em casos extremos, sua atuação poderia se resumir a uma casa, se esta fosse muito afastada de qualquer outro núcleo familiar. Conforme a encarregada do Departamento de Imprensa da Campanha de Alfabetização:

O brigadista que vai ao campo já sabe que vai trabalhar gratuitamente por quatro meses, que vai viver na casa do campesino, se supõe que as famílias dos campesinos sejam numerosas, então ele vai viver na casa do campesino como parte da família, vai se integrar à vida da casa, vai alfabetizar supondo que também tenham crianças, homens e mulheres. Também sabe que o campesino levanta muito cedo para trabalhar. Então o campesino vai ter a colaboração do brigadista que vai trabalhar junto. O que nós também queremos é que haja esta integração, por isso ele também vai levantar cedo. O que nós queremos é que ele se integre à vida do campesino, conheça sua miséria, saiba como era explorado pelos latifundiários. (CHACON, 1980, p. 52).

Já os alfabetizandos eram compreendidos dentro de dois grupos diferenciados: adultos e adolescentes. Os adultos eram caracterizados como possuidores de um vocabulário amplo, de uma cultura advinda de suas lutas e de seu trabalho, com costumes e superstições arraigadas, conhecedores de sua realidade imediata e possuidores de uma memória já constituída. Os adolescentes, por sua vez, teriam sofrido um amadurecimento precoce devido às suas duras condições de vida, nas quais adquiriram um alto grau de consciência política, desenvolvida pela sua participação na luta de libertação da Nicarágua. (ASSMANN, 1981, p. 64).

Seguindo os objetivos dispostos pela CNA, dever-se-ia se proporcionar aos alfabetizandos um acompanhamento posterior, a fim de que seu aprendizado fosse consolidado. Para tanto, havia os Coletivos de Educação Popular (CEPs), formados preferencialmente por grupos de três

a doze pessoas, divididos em duas classes: os recém-alfabetizados e os que, por algum motivo, não haviam conseguido concluir as atividades propostas nas cartilhas de leitura e escrita. Esses coletivos teriam um coordenador, escolhido preferencialmente entre os alfabetizadores mais destacados no período da Cruzada. Este estaria, por sua vez, subordinado a um “promotor popular”, função a ser desempenhada por alguém “um pouco mais avançado em estudos” ou que dispusesse de um histórico de experiências políticas e organizativas. Ao promotor cabia o trabalho de assessorar um conjunto de CEPs, orientando seus trabalhos e dando os aportes necessários. Paralelamente a isso, foram constituídas Comissões Municipais, que organizariam, juntamente com os promotores, oficinas semanais, a fim de avaliar e orientar o trabalho desenvolvido pelos coordenadores.

Por trás dessa organização hierárquica residiam cinco objetivos básicos: garantir a total execução das tarefas do caderno de leitura e escrita; criar os Coletivos de Educação Popular como uma continuidade das unidades de alfabetização anteriores (o que pressupunha o aprimoramento da consciência acerca da organização social); reforçar o desenvolvimento da consciência política; impedir a perda do hábito de ler e escrever, mantendo a motivação deste hábito, bem como dar continuidade ao trabalho com as operações matemáticas básicas. Assim, pretendia-se incorporar efetivamente os educandos ao processo revolucionário, bem como aumentar em um prazo médio a produtividade nacional. Conforme Alicia Chacon, “a alfabetização é um fato

político, é um compromisso revolucionário, eles devem integrar-se às organizações de massa, conhecer novas técnicas agrícolas, tudo isso. Antes, por exemplo, os camponeses nem sabiam que existia um código do trabalho”. (1980, p. 56).

Dada a determinação de seus participantes, a Cruzada Nacional de Alfabetização logo despertou o interesse e a solidariedade de outras populações, chamando a atenção de organismos internacionais. Educadores de diversos lugares – inclusive do norte europeu – acorreram à América Central a fim de observar *in loco* o desenvolvimento do projeto e se engajar no processo. Ao contrário do que ocorrera quando da Revolução Cubana, a Unesco não esperou o sucesso da campanha para solicitar ajuda internacional, demonstrando confiança em que outro povo latino-americano rompesse com as amarras de uma ignorância que lhe fora imposta. (CORTÁZAR, 1987, p. 35).

Como todo movimento revolucionário, a ação da Frente Sandinista gerou a reação de forças conservadoras. Tais ações, levadas a cabo por inúmeros grupos paramilitares treinados sob financiamento da Central de Inteligência Americana (CIA) e que ficaram conhecidos como “Contras”, intentavam paralisar a produção explodindo pontes, refinarias e fábricas, além de minar os portos, isolando comercialmente o país. Ao mesmo tempo, uma imensa propaganda propunha caracterizar o novo governo como produto de uma ação subversiva e comunista, ainda que na realidade o “socialismo sandinista” possa ser caracterizado justamente pelo seu grau de compromi-

so com grupos burgueses que apostavam na reconstrução material e econômica do país. A ação desses grupos paramilitares visou também à educação, uma vez que era uma área estratégica para os sandinistas. A partir de 1983 multiplicaram-se os casos de professoras sequestradas, uma vez que a guerra contrarrevolucionária fez dos alfabetizadores e professores, independentemente de nacionalidade ou ideologia, um objetivo militar. Assim, enquanto a atividade docente assumia um caráter de alto risco, uma quantidade importantíssima de recursos que poderiam ser investidos em educação passaria para a pasta da defesa, financiando armas e treinamento para impedir a restauração do poder conservador ou alguma possível invasão, como aconteceu na pequena Granada no início da década de 1980.⁶

Com o passar do tempo, os custos de manutenção dessa “guerra de desgaste” atingiram a capacidade de investimento em áreas primordiais e o próprio apoio popular aos sandinistas. Assim, todo um projeto de educação baseado na ação direta do povo, que despertara o interesse internacional, sendo premiado pela Unesco, foi sabotado por aqueles que, ainda hoje, tomam-se como guardiões da democracia; os mesmos que antes da Revolução Sandinista confeccionavam imponentes e inócuos planos educacionais de dentro de seus escritórios, subordinando um país aos interesses privados de poucos grupos econômicos.

Considerações finais

Pouco mais de dez anos após ascenderem ao poder por meio de um processo revolucionário, com o indispensável apoio da população civil, os sandinistas viram-se afastados desse posto pela decisão desta mesma população – expressa nas urnas, elegendo a candidata opositora Violeta Chamorro. Embora não tenham atingido diretamente seus objetivos militares, os Contras obtiveram seu intento por outros caminhos. Segundo Enrique Yeves:

Diez años de guerra civil, cincuenta mil muertos en ambos bandos, una economía destrozada – en gran medida por las necesidades militares sandinistas para impedir el triunfo de la “contra” – y un estado general de cansancio provocaran lo que, sin duda, es una nueva página en la historia de Nicaragua. (1990, p. 251).

Inspirando-se em seu passado, o povo da Nicarágua buscou, ao longo de uma década, seu próprio caminho no rumo de uma sociedade mais justa e igualitária. No campo da educação, os resultados obtidos por um programa criado com base nas necessidades empíricas de um povo, contando com experimentalismo e criatividade, são ainda hoje exemplares, seja por sua eficácia, seja pelo grau de comprometimento e consciência que despertou.

Em tempos de um mundo monopolar e em crise, de distâncias cada vez menores, de informações rápidas, de pensamentos e comportamentos padronizados (mas também de persistência de velhos problemas, quando se trata de pensar na importância e valorização da educação), há muito que

pensar com o exemplo dos lutadores dessa grande República da América Central.

The Sandinista Nicaragua: gerrilla and education

Abstract

The present article is structured in two parts. In the first, we offered an abbreviation historical of the origins and of the influences of the Front Sandinista of National Liberation, as well as in his way of performance during the period of the dynasty Somoza. Later, we focused the attention released by the Sandinistas to the education, view as fundamental instrument inside of the revolutionary picture that was established in Nicaragua, in the decade of 1980.

Key words: Nicaragua. Sandinism. Education.

Notas

- ¹ A ideia foi desenvolvida, primeiramente, pelo jornalista John O'Sullivan em 1845, ao afirmar que “sem marco e sem limite, o futuro será a era da grandeza americana... a nação formada de nações destina-se a testemunhar a excelência dos princípios divinos: seu solo será o hemisfério inteiro”. (FICHOU, 1990, p. 117). Cinco anos mais tarde, o político sulista e também jornalista De Bow daria tintas mais claras à expressão ao afirmar que “temos um destino a cumprir, um destino manifesto sobre todo o México, sobre a América do Sul, sobre as Índias Ocidentais e o Canadá”. (LOPEZ, 1998, p. 105).
- ² A Doutrina Monroe surgiu a partir da mensagem do presidente James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos em 1823, defendendo a não intervenção das nações europeias em assuntos políticos no continente Americano, podendo ser sintetizada na seguinte frase: “Julgamos propícia esta ocasião

para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia.”

- ³ As informações seguintes são diretamente tributárias de CARUSO, Raimundo. *Libre, Nicaragua livre*. Florianópolis: Edição do Autor, 1980; GALVÃO, Gilberto et al. *Nicarágua, Nicarágua*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1980; GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- ⁴ O assunto deste capítulo foi desenvolvido de forma mais detalhada em FRAGA, Gerson. A educação como elemento de reconstrução nacional: o caso da Nicarágua sandinista. *História e Ensino* - Revista do Laboratório de Ensino de História, Londrina: UEL, v. 12, p. 101-12, ago. 2006.
- ⁵ Esses oito objetivos são especificados por Fernando Cardenal em seu artigo já citado e encontram-se aqui apresentados de forma esquematizada.
- ⁶ Em outubro de 1983, Granada, uma das menores nações americanas em extensão, foi invadida por forças estadunidenses. O argumento de proteger uma centena de estudantes de medicina, oriundos dos Estados Unidos e que se encontravam na ilha, ocultava o desejo de reafirmar poder e influência no quadro da Guerra Fria após os acontecimentos na Nicarágua. (LOPEZ, 1998, p. 200-201).

Bibliografia

ALBERT, Maria Theresia. A campanha de alfabetização com processo de conscientização do povo. In: ZIMMER, Jürgen. *Pedagogia da libertação: ensino na Nicarágua*. Porto Alegre: Feplam, 1987.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

ASSMANN, Hugo. *Nicarágua triunfa en la alfabetización: documentos y testimonios de la Cruzada Nacional de Alfabetización*. San José, Costa Rica: Ministério de Educación, Departamento Ecueménico de Investigaciones, 1981.

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CARDENAL, Fernando. Objetivos de la Cruzada Nacional de Alfabetización. In: ASSMANN, Hugo. *Nicarágua triunfa en la alfabetización: documentos y testimonios de la Cruzada Nacional de Alfabetización*. San José, Costa Rica: Ministério de Educación, Departamento Ecueménico de Investigaciones, 1981.

CARUSO, Raimundo. *Libre, Nicaragua libre*. Florianópolis: Edição do autor, 1980.

CASTAÑO, Bayardo Arce. La educación y la revolución. In: ASSMANN, Hugo. *Nicarágua triunfa en la alfabetización: documentos y testimonios de la Cruzada Nacional de Alfabetización*. San José, Costa Rica: Ministério de Educación, Departamento Ecueménico de Investigaciones, 1981.

CHACON, Alicia. Revolução e alfabetização (entrevista). In: CARUSO, Raimundo. *Libre, Nicaragua livre*. Florianópolis: Edição do autor, 1980.

CORTÁZAR, Júlio. *Nicarágua: tão violentamente doce*. Brasiliense: São Paulo, 1987.

FICHOU, Jean-Pierre. *A civilização americana*. Papirus: Campinas, 1990.

FRAGA, Gerson. A educação como elemento de reconstrução nacional: o caso da Nicarágua sandinista. *História e Ensino* - Revista do Laboratório de Ensino de História, Londrina: UEL, v. 12, ago. 2006.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 47. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GALVÃO, Gilberto et al. *Nicarágua, Nicarágua*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1980.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

WASSERMAN, Cláudia. *História contemporânea da América Latina: 1900-1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

YEVES, Enrique. *La Contra: una guerra sucia*. Barcelona: Ediciones B, 1990.